

Somos todos responsáveis

Michaela Vicare (*)

As curvas dos gráficos apontando para cima não mentem: uma nova onda de contaminação por Covid-19 já é realidade na maior parte das cidades brasileiras

Exatamente no momento em que muitas empresas se preparavam para receber de volta em seu espaço físico aqueles colaboradores que estão, há quase dois anos, trabalhando de suas casas. Por trás das câmeras de celulares e notebooks, as reuniões online se tornaram parte indissociável do dia a dia de profissionais das mais diversas áreas.

Mas o avanço da vacinação em todo o país parecia estar trazendo de volta o cafezinho no meio do expediente e a possibilidade de trocar experiências por formas além de mensagens de texto. Agora, a expectativa de um futuro mais físico parece estar novamente distante. Embora as informações sobre a Ômicron ainda sejam escassas, tudo indica que as taxas de transmissão dessa variante são mesmo mais elevadas que das variantes anteriores.

Todos os estudos apontam nesse sentido. E todos aqueles que lidam com colaboradores precisam começar a rever os planos de retomada presencial, em nome da ciência e da saúde. É claro que o trabalho remoto esteve muito longe de ser uma possibilidade tangível para a maioria dos brasileiros.

De acordo com um levantamento do Ibré/FGV, apenas 10% dos trabalhadores de todo o país puderam realizar suas atividades profissionais no regime de home office, mesmo quando o isolamento social era mais difundido, entre maio e junho de 2020. Isso equivale a apenas nove milhões em um universo de mais de 24 milhões que poderiam exercer suas funções remotamente.

Diante dessa constatação é quase impossível não pensar em quantas mortes pela doença poderiam ter sido evitadas se todos os trabalhadores que poderiam estar em casa realmente estivessem. Não cabe aqui, naturalmente, rígido julgamento de setores que simplesmente não funcionam a distância.

Muitos tipos de empresas provaram não serem capazes de adaptar seus

modelos de negócios ao virtual. São indústrias, principalmente, que dependem da atuação física de seus colaboradores para que continuem sendo produtivas. No entanto, um amplo contingente de pessoas que poderia seguir com suas atividades virtualmente não o fez porque não teve essa oportunidade.

Quando se vive uma pandemia, é preciso aprender a pensar de forma estratégica e coletiva. Nas sociedades contemporâneas, constantemente conectadas por vias terrestres, aéreas e aquáticas, decisões individuais têm um grande impacto na coletividade. E, por isso, é indispensável assumir as responsabilidades devidas.

Prestes a enfrentar esta nova onda, com surpresas tão desagradáveis quanto frequentes, cabe a cada empresa refletir sobre sua possibilidade de adaptação e resposta frente ao aumento de casos.

Ainda que o planejamento para 2022 inclua uma retomada das atividades presenciais, ainda que houvesse uma expectativa pelo reencontro depois de tanto tempo, é papel das organizações adiar o retorno de todas as funções que possam ser realizadas online. Inúmeros são os casos de empresas que se mostraram, inclusive, ainda mais inovadoras depois que decidiram manter seus colaboradores em casa.

Se podemos evitar que essas pessoas, que estão, de alguma maneira, sob nossa responsabilidade, sejam expostas ao risco de contágio, por que assumir esse risco? Faz parte de uma espécie de pacto social civilizatório - ou deveria fazer - a compreensão de que aqueles profissionais que tomam as decisões em uma organização são diretamente responsáveis por cuidar de situações como a de uma pandemia.

Recuemos, se o momento assim exige, para que aqueles que não podem ficar em casa tenham um pouco mais de segurança para continuar trabalhando. Cuidemos uns dos outros, ainda que esse cuidado more em uma simples decisão de recursos humanos.

Assim, ali adiante, poderemos olhar uns para os outros com a certeza de que fizemos todo o possível para evitar novas mortes.

(*) É diretora de Gente & Gestão (RH) na Tecnobank.

Executivos apostam no interior para iniciar novos negócios

Foi-se o tempo em que o empreendedorismo em startups só acontecia nas capitais. As cidades do interior já estão se movimentando há muito tempo, e ganharam mais espaço com a pandemia

O ecossistema brasileiro de startups não pretende e nem deve parar de crescer tão cedo. Por isso, tivemos um boom na criação de empresas de tecnologia fora dos grandes pólos comerciais. Comprovamos que, na leva desse crescimento, existem diversas startups mapeadas, ganhando visibilidade e relevância.

De acordo com Startup base, Minas Gerais fechou 2015 com 365 startups cadastradas. Hoje esse número mais que triplicou, sendo 1.247 empresas registradas, passando o estado do Rio de Janeiro que possui 959, o estado de São Paulo continua sendo o grande centro, com 4.009 startups. O Sudeste ainda concentra o maior número de startups.

Porém, segundo o levantamento da Associação Brasileira de Startups, Abstartups, feito em 2020, já são mais de 30 cidades, 61 comunidades e mais de 7.500 startups de comunidades emergentes mapeadas em todo o país. Em relação ao perfil, destacam-se as empresas com soluções em educação, saúde, agronegócio e finanças.



A tranquilidade de Ouro Preto para morar e trabalhar.

Seguindo essa onda de apostar nas cidades do interior, Conrado Carneiro Bicalho, CEO da Eva Benefícios, é um dos precursores do Polo de Tecnologia na cidade de Ouro Preto, onde fundou a startup que tem a finalidade de desburocratizar os setores de RH ao oferecer benefícios flexíveis em um único cartão. A cidade ouropretana oferece grandes atrativos para o empreendedorismo, visto que ela é berço da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) com a constante formação de profissionais.

Bicalho destaca também a qualidade de vida na

cidade, além de que “uma vez rompida a barreira do preconceito por não estar num grande centro, você se destaca. Afinal, em BH ou SP seríamos apenas mais uma empresa”. Para ele, o fato de fundar duas empresas com sede na cidade de Ouro Preto foi ousado e desafiador, uma vez que a cidade não tinha nenhuma visibilidade na área tecnológica, conhecida apenas pelas igrejas, museus e repúblicas no Carnaval.

Mas hoje o cenário é totalmente diferente e há startups de grande projeção, como a Gerenciant, Stilingue, Usemobile, DreamLabs, Alokium, entre outras, na cidade.

Conrado conta que fundou a Eva através de uma necessidade da Usemobile, software house a qual também é CEO, que teve uma demanda da área de RH e Aquisições de Talentos e, assim, ele percebeu algumas necessidades das empresas e o quanto esse mercado de benefícios flexíveis estava crescendo — além de poder agregar muito valor para outros empreendimentos e seus colaboradores.

“Com a popularização do modelo home office, ficou evidente a necessidade de oferecer mais benefícios aos colaboradores (auxílio home office, academia, happy hour etc). Dessa forma, é um segmento que tem crescido muito — tanto para empresas tradicionais como para as empresas consideradas mais cool”, afirma. Com esses dados é possível avaliar que as startups fundadas no interior vêm se desenvolvendo e ainda têm muito para evoluir, mas aos poucos elas estão ganhando espaço e se consolidando no interior e ganhando o Brasil e o mundo com suas soluções inovadoras. -Fonte e informações: (www.evbeneficios.com.br).

O mercado de Direitos Creditórios ganha força no Brasil

Carlos Eduardo Benitez (*)

Você já deve ter ouvido falar na sigla FIDC. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios é um dos ativos que vem chamando a atenção dos investidores, principalmente com a renda fixa voltando a ganhar protagonismo no mercado por conta da elevação da taxa de juros. Regulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em dezembro de 2001, é considerado um veículo de securitização de recebíveis caracterizado pela aquisição de direitos creditórios.

O fundo investe ao menos 50% de seu patrimônio em títulos de créditos de contas a receber de alguma empresa. A dinâmica do FIDC segue o seguinte fluxo: muitas empresas oferecem produtos e serviços a um prazo mais estendido, porém, necessitam manter o caixa até receber o pagamento por meio de cheques, parcelas de cartão de crédito ou aluguéis.

Para contar antes com o dinheiro, a companhia negocia esses direitos a receber - ou direitos creditórios - que são adquiridos por investidores. Quando o pagamento da dívida é realizado, o dinheiro não vai para empresa, mas sim para os investidores. Desde o início, o grande mercado de atuação dos FIDCs sempre foi a antecipação de duplicatas e contratos de naturezas diversas, representando uma importante ferramenta para a captação de recursos, facilitando o acesso ao crédito a milhares de empresas e indivíduos.

Recentemente, o mercado de FIDCs rompeu a barreira dos 1.000 fundos em operação, totalizando 1.054. Apenas no ano passado, foram feitos quase 14 mil negócios desse tipo, somando um montante total de R\$ 16,9 bilhões. Além disso, fechou o período com um estoque total de R\$ 173,7 bilhões - em 2016, esse valor era de R\$ 65,9 bilhões, crescimento superior a 266%.

Há um bom tempo, as instituições financeiras têm utilizado o modelo de securitização do FIDC, que consiste em uma estrutura mais leve, organizada e mais barata do que o gerenciamento próprio de carteiras de crédito. Tornou-se uma forma de financiamento para diversos setores da economia.

A entrada das fintechs no mercado brasileiro e o aumento do volume de operações digitais de crédito nos últimos cinco anos fez com que o mercado de FIDCs ganhasse mais relevância, pois a evolução do mercado financeiro está intrinsecamente ligada ao crescimento do número de FIDCs e ao volume de recursos investidos.



O mercado de atuação dos FIDCs sempre foi a antecipação de duplicatas e contratos de naturezas diversas.

De acordo com dados da Anbima, o volume de ofertas públicas desses fundos atingiu o maior patamar dos últimos seis anos, com 42,6 bilhões de reais emitidos até setembro, montante 26% maior do que o registrado no mesmo período de 2020.

A tecnologia tem facilitado a entrada de operações de empresas que parcelam suas vendas para seus clientes, em um ambiente de captação de recursos. Esse movimento possibilita o aumento da oferta de crédito, e consequentemente, a melhoria da condição econômica do país.

Ao longo dos anos, acompanho a evolução do mercado de FIDCs enquanto instituição financeira, auxiliando nossos parceiros na estruturação do fundo, na construção da política de crédito e cobrança, além do desenvolvimento tecnológico. O papel da tecnologia na consolidação desse mercado permitiu que pudéssemos dar passos além, com o desenvolvimento de um sistema de crédito que envolve um motor ágil e responsivo, composto por inteligência artificial e machine learning.

Acredito na força dos FIDCs como um instrumento que não somente trará mais lucros para os investidores no atual momento econômico do país, mas também como uma importante mola propulsora da transformação do mercado de crédito no Brasil. Para as empresas que pensam no assunto, vale uma atenção a mais para considerar esse tipo de estrutura de negócios.

(*) - É CEO da BMP Money Plus (https://moneyp.com.br).

Piora a expectativa para os próximos meses

A confiança do consumidor recuou 1,4 ponto em janeiro e atingiu 74,1 pontos. Nas médias móveis trimestrais, a retração é de 0,7 ponto, para 74,8 pontos, após ter se mantido relativamente estável no mês anterior. Esses são dados do Índice de Confiança

do Consumidor do calculado pelo FGV IBRE divulgado ontem (25) dentro da publicação da Sondagem do Consumidor.

Para os pesquisadores, a piora das expectativas para os próximos meses, ao mesmo tempo em que a avaliação sobre a situação

atual se acomodou depois de recuar em dois meses seguidos, contribuiu para a diminuição da confiança em janeiro. Enquanto o Índice de Situação Atual (ISA) teve alta de 0,5 ponto, passando para 66,1 pontos, o Índice de Expectativas (IE) caiu 2,7 pontos,

chegando a 80,7 pontos.

A coordenadora das Sondagens, Viviane Seda Bittencourt, observou que a confiança dos consumidores começa o ano em queda, influenciada pelo aumento do pessimismo em relação aos próximos meses. No

entanto, na sua visão, a retomada do auxílio emergencial e uma percepção mais favorável sobre o mercado de trabalho parecem ter contribuído para a redução da distância entre a confiança dos consumidores de alta e baixa renda (ABR).